

# **Demonstrações Financeiras**

## **Cemig Geração Leste S.A.**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
A CEMIG GERAÇÃO LESTE .....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	19
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	20
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	20
7. IMOBILIZADO.....	21
8. INTANGÍVEL .....	23
9. PROVISÕES.....	25
10. FORNECEDORES.....	25
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	26
12. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS .....	26
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	27
14. RECEITA LÍQUIDA .....	29
15. CUSTOS E DESPESAS .....	31
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	32
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	32
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	37
20. EVENTO SUBSEQUENTE.....	41

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### ***Resultado do exercício***

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$41.363 mil em 2023 em comparação ao resultado de R\$39.588 mil em 2022, um aumento de 4,48% devido, principalmente, a uma redução dos custos e despesas operacionais.

#### ***Receita***

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

#### *Fornecimento bruto de energia elétrica*

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2023 foi de R\$37.549 mil, em comparação a R\$36.889 mil em 2022.

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

#### *Atualização financeira da bonificação pela outorga*

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$23.303 mil em 2023 (R\$25.512 mil em 2022), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

#### ***Custos e despesas operacionais***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$15.325 mil em 2023 (R\$16.766 mil em 2022), representando uma redução de 8,59%. Essa variação deve-se, principalmente, a redução com serviços de terceiros.

#### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$3.968 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$2.553 mil em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, a redução da despesa com restituição a concessionárias.

### **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.109 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$44.472 mil antes dos efeitos fiscais, representando 6,99%. Comparativamente, no mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.240 mil, em relação ao resultado de R\$42.828 mil antes dos efeitos fiscais, representando 7,57%.

### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$41.146 mil, comparativamente a R\$40.820 mil em 2022. A Margem do LAJIDA foi de 73,70% em 2023 (71,56% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
<b>Resultado</b>	41.363	39.588	4,48
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.109	3.240	(4,04)
Depreciação e amortização	642	545	17,80
Resultado financeiro	(3.968)	(2.553)	55,42
<b>LAJIDA</b>	<b>41.146</b>	<b>40.820</b>	<b>(0,80)</b>
<b>Margem LAJIDA</b>	<b>73,70%</b>	<b>71,56%</b>	<b>2,99</b>

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$41.363 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.067 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.648 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.648 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.648 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$19.648 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Geração Leste.

Referente à reserva especial do Lucro Líquido de 2022, constituída em 2023, no valor de R\$5.938 mil, devido à restrição de caixa para garantir a execução do Plano de Investimento, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária o não pagamento em 2024.

### **SEGURANÇA DE BARRAGENS**

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à Lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

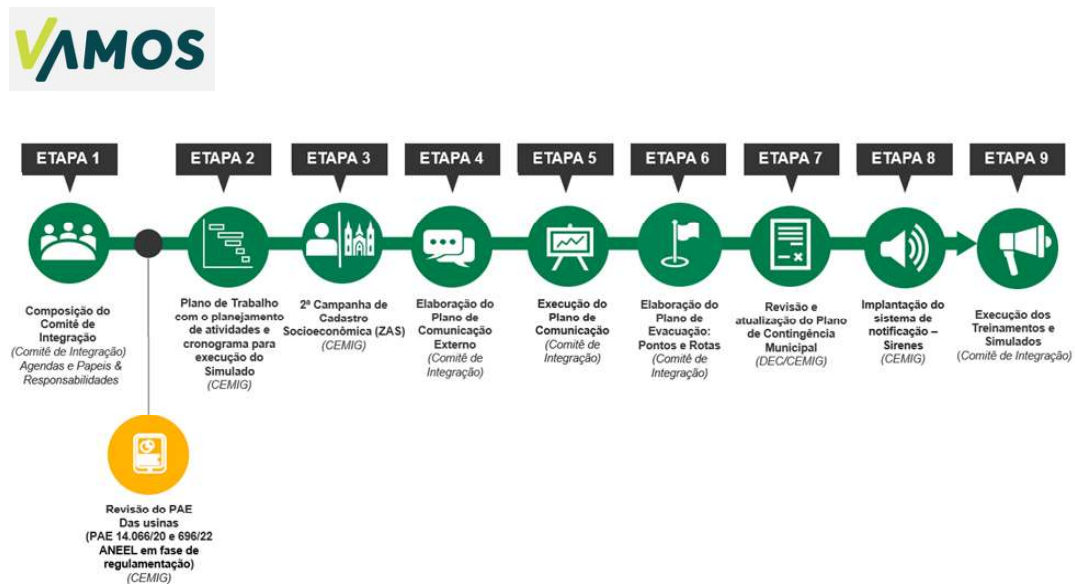
- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;

- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, especificamente para a população afeta ao PAE das barragens da Companhia, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos Planos de Contingência (Plancons) dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 6 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 7 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 7 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 5 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano;
- 8 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti; e
- 6 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado, Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de aproximadamente 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig Geração Leste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.





KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da**

**Cemig Geração Leste S.A.**

Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Mateus Cunha Figueiredo  
Contador CRC MG-105612/O-0

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de reais)**

**ATIVO**

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.450	4.933
Títulos e valores mobiliários	4	4.941	28.524
Consumidores e revendedores	5	5.117	4.591
Ativo financeiro da concessão	6	18.035	17.411
Tributos compensáveis		79	67
Outros ativos		3	15
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>30.625</b>	<b>55.541</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	-	108
Tributos compensáveis		363	651
Outros ativos		276	68
Ativo financeiro da concessão	6	119.311	115.604
Imobilizado	7	14.799	14.490
Intangível	8	151	159
Direito de uso		132	82
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>135.032</b>	<b>131.162</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>165.657</b>	<b>186.703</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de reais)**

**PASSIVO**

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	2.849	3.080
Encargos regulatórios		508	254
Impostos, taxas e contribuições	11	675	668
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17a	715	323
Dividendos a pagar	13	19.648	18.805
Convênio de compartilhamento	18	298	297
Passivo de arrendamento		12	11
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>24.705</b>	<b>23.438</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17b	826	827
Impostos, taxas e contribuições	11	1.022	841
Encargos regulatórios		282	331
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	12	18	12.034
Passivo de arrendamento		131	79
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.279</b>	<b>14.112</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>26.984</b>	<b>37.550</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13	100.569	100.569
Reservas de lucros		38.104	48.584
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>138.673</b>	<b>149.153</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>165.657</b>	<b>186.703</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)**

		2023	2022
<b>RECEITA</b>	14	<b>55.829</b>	<b>57.041</b>
<b>CUSTOS</b>	15		
Custo com energia elétrica		(5.935)	(6.122)
Custos de operação		(8.386)	(9.349)
		<b>(14.321)</b>	<b>(15.471)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>41.508</b>	<b>41.570</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	15		
Despesas gerais e administrativas		(939)	(1.226)
Outras despesas, líquidas		(65)	(69)
		<b>(1.004)</b>	<b>(1.295)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>40.504</b>	<b>40.275</b>
Receitas financeiras	16	4.067	3.948
Despesas financeiras	16	(99)	(1.395)
		<b>3.968</b>	<b>2.553</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>44.472</b>	<b>42.828</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17c	(3.110)	(2.658)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17c	1	(582)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>41.363</b>	<b>39.588</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de reais)**

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	41.363	39.588
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>41.363</b>	<b>39.588</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>100.569</b>	<b>8.471</b>	<b>19.330</b>	-	<b>128.370</b>
Aprovação de dividendos adicionais propostos					
<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	39.588	39.588
<b>Destinação do lucro proposta à AGO:</b>					
Reserva legal	-	1.979	-	(1.979)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(18.805)	(18.805)
Dividendos adicionais	-	-	12.866	(12.866)	-
Reserva especial	-	-	5.938	(5.938)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>100.569</b>	<b>10.450</b>	<b>38.134</b>	-	<b>149.153</b>
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(32.195)	-	(32.195)
<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	41.363	41.363
<b>Destinação do lucro proposta à AGO:</b>					
Reserva legal	-	2.067	-	(2.067)	-
Dividendos obrigatórios – reserva especial	-	-	-	(19.648)	(19.648)
Reserva de retenção de lucros	-	-	19.648	(19.648)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>100.569</b>	<b>12.517</b>	<b>25.587</b>	-	<b>138.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de reais)**

	2023	2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	41.363	39.588
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	3.109	3.240
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(23.303)	(25.512)
Depreciação e amortização (Nota 15)	642	545
Juros e variações monetárias	(3.922)	(3.712)
Juros passivo de arrendamento	11	11
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(70)	-
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	(11.946)	1.321
	<b>5.884</b>	<b>15.481</b>
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(526)	(585)
Tributos compensáveis	(644)	(101)
Ativo financeiro da concessão (Nota 6)	18.972	17.685
Outros ativos	(208)	8
	<b>17.594</b>	<b>17.007</b>
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(231)	628
Impostos, taxas e contribuições	188	431
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(708)
Encargos regulatórios	205	190
Convênio de compartilhamento	1	40
	<b>163</b>	<b>581</b>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<b>23.641</b>	<b>33.069</b>
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.797)	(2.046)
Juros recebidos	3.872	2.599
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>25.716</b>	<b>33.622</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(30.631)	(48.087)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	54.374	39.866
Fundos vinculados	9	76
Imobilizado (nota 7)	(939)	(1.999)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>22.813</b>	<b>(10.144)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(51.000)	(19.331)
Arrendamentos pagos	(12)	(11)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(51.012)</b>	<b>(19.342)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(2.483)</b>	<b>4.136</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.933	797
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.450	4.933

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Sinceridade	03/2047
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Unidade Geradora Nº 2, potência de 330KW (não auditado), da PCH Neblina, se encontra suspensa comercialmente devido indisponibilidade prolongada causada por inundações ocorridas em janeiro de 2020 e houve necessidade de reforma contemplando a fabricação de rotor da turbina e painel completo de comando, controle e proteção. O retorno da Unidade Geradora está previsto para março de 2023.

A Cemig Geração Leste S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 03 de maio de 2024.

### **2.2. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 e 14 – Consumidores e revendedores e Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (definição da vida útil dos ativos);
- Nota 9 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

### **2.5 Redução ao valor recuperável**

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	A Companhia adotou as alterações à CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações à CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

## 2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas	01/01/2024

fornecedores (“Risco sacado”)	a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.</p> <p>As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p>	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

## 2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DCF)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

## 2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	81	21
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	119	105
Overnight	2.250	4.807
<b>TOTAL</b>	<b>2.450</b>	<b>4.933</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 99% em 2023 (99% em 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 11,42% e 11,65% a.a. em 2023 (variou entre 13,62% e 13,64% em 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
<b>Aplicações financeiras</b>		
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários	472	3.132
Letras Financeiras - Bancos	3.045	18.654
Letras Financeiras do Tesouro	1.373	6.575
Debêntures	51	163
	<b>4.941</b>	<b>28.524</b>
<b>Não Circulante</b>		
Debêntures	-	108
	<b>-</b>	<b>108</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.941</b>	<b>28.632</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), a uma taxa de 103% a 104,3% em 2023 (103% a 104,4% em 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 108,6% a 111,98% do CDI em 2023 (103,30% a 110,26% em 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazos, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 2023 (entre (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022).

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.



## 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Até 90 dias	2023	2022
Fornecimento industrial	1.154	375	1.529	1.112
Suprimento a outras concessionárias	3.545	-	3.545	3.467
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	43	-	43	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	12
<b>Total</b>	<b>4.742</b>	<b>375</b>	<b>5.117</b>	<b>4.591</b>

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

### Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti para a Companhia., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2023 e 2022, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>133.015</b>	<b>125.188</b>
Recebimentos	(18.972)	(17.685)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	23.303	25.512
<b>Saldo Final</b>	<b>137.346</b>	<b>133.015</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.035</b>	<b>17.411</b>
<b>Não circulante</b>	<b>119.311</b>	<b>115.604</b>

### Política contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>		<b>14.654</b>	<b>(2.015)</b>	<b>12.639</b>	<b>13.744</b>	<b>(1.385)</b>	<b>12.359</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,79	477	(66)	411	477	(48)	429
Reservatórios, barragens e adutoras	3,66	2.391	(233)	2.158	2.391	(143)	2.248
Máquinas e equipamentos	4,40	11.786	(1.716)	10.070	10.876	(1.194)	9.682
<b>Em curso</b>		<b>2.160</b>	<b>-</b>	<b>2.160</b>	<b>2.131</b>	<b>-</b>	<b>2.131</b>
<b>Total</b>	<b>4,26</b>	<b>16.814</b>	<b>(2.015)</b>	<b>14.799</b>	<b>15.875</b>	<b>(1.385)</b>	<b>14.490</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (c)	Adições líquidas = (A) - (B)+(C)+(D)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>13.744</b>	-	-	910	910	<b>14.654</b>	<b>(2.015)</b>	<b>12.639</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	477	-	-	-	-	477	(66)	411
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	-	-	-	2.391	(233)	2.158
Máquinas e equipamentos	10.876	-	-	910	910	11.786	(1.716)	10.070
<b>Em curso</b>	<b>2.131</b>	939	-	(910)	29	<b>2.160</b>	-	<b>2.160</b>
<b>Total</b>	<b>15.875</b>	939	-	-	939	<b>16.814</b>	<b>(2.015)</b>	<b>14.799</b>

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (c)	Adições líquidas = (A) - (B)+(C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>	<b>11.543</b>	-	-	2.201	2.201	<b>13.744</b>	<b>(1.385)</b>	<b>12.359</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	459	-	-	18	18	477	(48)	430
Reservatórios, barragens e adutoras	1.737	-	-	654	654	2.391	(143)	2.248
Máquinas e equipamentos	9.347	-	-	1.529	1.529	10.876	(1.194)	9.682
<b>Em curso</b>	<b>2.333</b>	<b>2.346</b>	<b>(347)</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(202)</b>	<b>2.131</b>	-	<b>2.131</b>
<b>Total</b>	<b>13.876</b>	<b>2.346</b>	<b>(347)</b>	-	<b>1.999</b>	<b>15.875</b>	<b>(1.385)</b>	<b>14.490</b>

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Para os ativos capitalizados cuja vida útil ultrapassa o prazo da concessão, a taxa de depreciação é ajustada. Essa avaliação é efetuada por ativo e por instalação (usina). Para aqueles, cuja vida útil se encerra antes do prazo da concessão, não é feito nenhum ajuste à taxa ANEEL. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 4,26% (4,25% em 2022).

### Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

## Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

## 8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de Amortização (%)	2023			2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>		<b>167</b>	<b>(16)</b>	<b>151</b>	<b>167</b>	<b>(8)</b>	<b>159</b>
Ativos da concessão - GSF	4,25%	154	(13)	141	154	(7)	147
Intangível Software	20%	13	(3)	10	13	(1)	12
<b>Total</b>		<b>167</b>	<b>(16)</b>	<b>151</b>	<b>167</b>	<b>(8)</b>	<b>159</b>

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Transferências	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>					
Ativos da concessão - GSF	154	-	154	(13)	141
Intangível Software	13	-	13	(3)	10
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>-</b>	<b>167</b>	<b>(16)</b>	<b>151</b>

	Valor bruto em 31/12/2021	Transferências	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>					
Ativos da concessão - GSF	154	-	154	(7)	147
Intangível Software	-	13	13	(1)	12
	<b>154</b>	<b>13</b>	<b>167</b>	<b>(8)</b>	<b>159</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

## **Política contábil**

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

## **Estimativas e julgamentos**

### *Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)*

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

## 9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, é constituído pelas ações de responsabilidade civil, no montante de R\$747 (R\$284 em 2022), em que se discute indenização por danos materiais, em decorrência de inundação, provocada pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Peti, no Rio Santa Bárbara.

### Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

### Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

## 10. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e transporte de energia elétrica	643	755
Materiais e serviços	2.206	2.325
<b>TOTAL</b>	<b>2.849</b>	<b>3.080</b>

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

## 11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
ICMS	202	174
COFINS	131	124
PASEP	28	27
INSS	189	213
ISSQN	85	88
Outros	40	42
	<b>675</b>	<b>668</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS	840	691
PASEP	182	150
	<b>1.022</b>	<b>841</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.697</b>	<b>1.509</b>

## 12. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devida 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturadas a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$10.259 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas – UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, houve o fim da restituição às concessionárias, ocasionando uma redução do saldo quando comparado com o mesmo período de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$18 (R\$12.034 em 2022).

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$100.569, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou, de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

#### b) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva legal	12.517	10.450
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	25.587	12.866
Reserva especial	-	25.268
	<b>38.104</b>	<b>48.584</b>

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.067 de reserva legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

#### Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$5.938 em 2022, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

#### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.



### c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	41.363	39.588
	<b>41.363</b>	<b>39.588</b>
Reserva legal constituída	(2.067)	(1.979)
Reserva especial	-	(5.938)
	<b>39.296</b>	<b>31.671</b>
Dividendo obrigatório	19.648	18.805
<b>Dividendos propostos</b>		
Dividendos obrigatórios	19.648	18.805
Retenção de lucros	19.648	12.866
	<b>39.296</b>	<b>31.671</b>

#### Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2023, no montante de R\$41.363, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.067 para constituição de reserva legal;
- R\$19.648 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.648 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.648 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$19.648 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Geração Leste.

Referente à reserva especial do Lucro Líquido de 2022, constituída em 2023, no valor de R\$5.938, devido à restrição de caixa para garantir a execução do Plano de Investimento, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária o não pagamento em 2024.

#### d) Movimentação dos dividendos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.805</b>
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(18.805)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	19.648
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.648</b>

#### e) Pagamento dos dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	18.805
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	12.866
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	19.329
	<b>51.000</b>

### 14. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento industrial	13.732	14.438
Fornecimento não faturado industrial	1.154	1.112
Transações com energia na CCEE	391	339
Suprimento cotas - Geração própria	30.308	39.189
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(1.010)	(504)
Realização ativo financeiro da bonificação pela outorga	(18.972)	(17.685)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (nota 12)	11.946	-
Fornecimento bruto de energia elétrica	37.549	36.889
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	23.303	25.512
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.023)	(5.360)
	<b>55.829</b>	<b>57.041</b>

#### (a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

## (b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
<b>Tributos sobre a receita</b>		
ICMS	2.523	2.688
COFINS	1.662	1.792
PIS-PASEP	360	388
	<b>4.545</b>	<b>4.868</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	124	138
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	177	197
Pesquisa Exp. Sist. Energético-EPE/MME	89	98
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	35	-
CDE sobre P&D	53	59
	<b>478</b>	<b>492</b>
	<b>5.023</b>	<b>5.360</b>

### Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

### **Fornecimento bruto de energia**

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

### Receita de atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

### Transações com energia na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

## Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a parcela variável não é material. Assim, para a situação destacada há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

## 15. CUSTOS E DESPESAS

### a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	122	443
Encargos de distribuição (1)	5.813	5.679
	<b>5.935</b>	<b>6.122</b>

(1) Encargos de uso da rede básica de distribuição referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

### b) Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	-	-	700	763	700	763
Materiais	550	1.179	-	-	550	1.179
Serviços de Terceiros (c)	7.127	7.561	239	457	7.366	8.018
Depreciação	642	545	-	-	642	545
Outros custos/despesas	67	64	65	75	132	139
	<b>8.386</b>	<b>9.349</b>	<b>1.004</b>	<b>1.295</b>	<b>9.390</b>	<b>10.644</b>

### c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção, Conservação e Instalação	4.228	6.736
Conservação e Limpeza de Prédios	2	12
Meio Ambiente	874	451
Tecnologia da Informação	187	24
Energia Elétrica	211	82
Outros	1.625	256
	<b>7.127</b>	<b>7.561</b>

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	3.945	3.903
Acréscimos moratórios de contas de energia	12	-
Variações Monetárias- Restituição a concessionárias	70	-
Outras	40	45
	<b>4.067</b>	<b>3.948</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(1.321)
Juros passivo de arrendamento	(11)	(11)
Outras	(88)	(63)
	<b>(99)</b>	<b>(1.395)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>3.968</b>	<b>2.553</b>

### Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	376	143
Contribuição social	339	180
<b>TOTAL</b>	<b>715</b>	<b>323</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2023	2022
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda	538	574
Contribuição Social	288	253
<b>TOTAL</b>	<b>826</b>	<b>827</b>

### c) Imposto de renda e contribuição social

	2023	
	Imposto de renda Renda	Contribuição social Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	44.431	44.431
ICMS ST	81	81
<b>Percentual de Presunção</b>	8%	12%
	3.548	5.322
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	5.175	5.175
Outras Receitas Financeiras	52	52
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	-26	-26
<b>Base de Cálculo - Lucro Presumido</b>	<b>8.749</b>	<b>10.523</b>
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.312	947
Adicional 10% valor superior a R\$240	851	
<b>IR e CS – Lucro Presumido</b>	<b>2.163</b>	<b>947</b>
Rendas aplicações	3.945	3.945
Rendas aplicações resgatadas	(5.175)	(5.175)
<b>Rendas aplicações não resgatadas</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(1.230)</b>
Alíquota	25%	9%
<b>IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas</b>	<b>(307)</b>	<b>(111)</b>
Receita por competência diferida	4.475	4.475
<b>Percentual de presunção</b>	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	358	537
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferido receita por competência</b>	<b>90</b>	<b>48</b>
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	9.057	9.057
<b>Percentual de Presunção</b>	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	725	1.087
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>181</b>	<b>98</b>
Amortização custos GSF	5	5
<b>Percentual de Presunção</b>	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Corrente</b>	<b>2.163</b>	<b>947</b>
<b>Diferido</b>	<b>(36)</b>	<b>35</b>

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	53.822	53.822
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.306	6.459
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.967	2.967
Outras Receitas Financeiras	46	46
<b>Base de Cálculo - Lucro Presumido</b>	<b>7.319</b>	<b>9.472</b>
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.098	852
Adicional 10% valor superior a R\$240	708	-
<b>IR e CS – Lucro Presumido</b>	<b>1.806</b>	<b>852</b>
Rendas não resgatadas	935	935
Alíquota	25%	9%
<b>IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas</b>	<b>234</b>	<b>84</b>
Receita por competência diferida	8.579	8.579
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	686	1.029
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	172	93
Amortização custos GSF	5	5
<b>Percentual de Presunção</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.806</b>	<b>852</b>
<b>Diferido</b>	<b>405</b>	<b>177</b>

### Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

## **18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Operações com energia elétrica</b>								
Cemig Distribuição	288	330	-	-	2.496	3.234	(63)	(27)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Encargos</b>								
<b>Encargos de transmissão</b>								
Cemig Distribuição	-	-	312	728	-	-	(2.607)	(2.248)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	298	-	-	-	(298)	(938)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	297	-	-	(587)	-
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	239	100	-	-	(1.483)	(1.524)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e



inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Dividendos</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.164	18.805	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.164. Os detalhes acerca da movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	2.250	4.808	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.939	28.525	-	-	55	1.298	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	108	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

#### **Remuneração do pessoal-chave da administração**

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	36	31
Participação nos resultados	8	8
Previdência privada	3	3
<b>Total (1)</b>	<b>47</b>	<b>42</b>

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Consumidores e revendedores		5.117	5.117	4.591	4.591
Títulos e valores mobiliários		51	51	4.096	4.096
Fundos vinculados		1	1	10	10
Ativos financeiros da concessão		137.346	137.346	133.015	133.015
		<b>142.515</b>	<b>142.515</b>	<b>141.712</b>	<b>141.712</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.369	2.369	4.912	4.912
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	472	472	3.132	3.132
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.045	3.045	14.828	14.828
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.373	1.373	6.575	6.575
		<b>7.259</b>	<b>7.259</b>	<b>29.447</b>	<b>29.447</b>
		<b>149.774</b>	<b>149.774</b>	<b>171.159</b>	<b>171.159</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(2.849)	(2.849)	(3.080)	(3.080)
Passivo de arrendamento		(143)	(143)	(90)	(90)
		<b>(2.992)</b>	<b>(2.992)</b>	<b>(3.170)</b>	<b>(3.170)</b>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por

corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio;
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### *Risco de liquidez*

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.812	37	-	-	-	2.849
Passivo de arrendamento (*)	1	1	11	50	212	275
<b>TOTAL</b>	<b>2.813</b>	<b>38</b>	<b>11</b>	<b>50</b>	<b>212</b>	<b>3.124</b>

(\*) Informações apresentadas em valor nominal.

### *Risco de crédito*

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

### *Risco de taxa de juros*

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

### *Risco Hidrológico*

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

### **Política contábil**

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

### ***Mensurados ao custo amortizado***

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros; e
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores; e
- arrendamentos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### **Estimativas e julgamentos**

#### ***Valor justo por meio do resultado***

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

## **20. EVENTO SUBSEQUENTE**

### **Transferência onerosa UHEs**

Em 01 de abril de 2024, a Cemig publicou edital para realização de leilão público presencial, visando à Transferência Onerosa do Direito de Exploração dos Serviços de Geração de Energia Elétrica de 04 PCH/UHEs, sendo 01 PCH da Cemig GT e 03 UHEs de suas subsidiárias integrais: Cemig Geração Leste S.A., Cemig Geração Oeste S.A. e Cemig Geração Sul S.A.. O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$ 29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 03 de julho de 2024.

\*\*\*\*\*

Thadeu Carneiro da Silva  
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC-1SP/242451-04

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Leste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024.

Eduardo José de Souza, Conselheiro

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro

Ronald Gastão Andrade Reis, Conselheiro